

A IMPORTÂNCIA DA REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL PARA A QUALIDADE E SEGURANÇA DOS SERVIÇOS DE ESTÉTICA: UMA AVALIAÇÃO DA LEI Nº 13.643

Data de aceite: 02/10/2024

Sandrieli dos Santos Pegoraro

Acadêmica do Curso de Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

Fernanda Richter Piacentini

Acadêmica do Curso de Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

Natan Veiga

Docente do Curso de Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

Sally Douglas Narloch

Docente e coordenador do Curso de Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

Área Temática: Capacitação e Formação Profissional

Palavras-chave: Esteticista, Cosmetólogo, Regulamentação Profissional, Técnico em Estética.

Introdução: A estética é uma área em crescimento no Brasil e em todo o mundo. Os serviços estéticos estão se tornando cada vez mais populares e acessíveis, levando a uma maior demanda por profissionais qualificados, contudo a profissão de esteticista não possuía regulamentação específica antes da implementação da Lei Nº 13.643, de 3 de abril de 2018. Essa lacuna na regulamentação deixava os profissionais desse campo em uma área cinzenta legal, o que podia levar a discrepâncias na qualidade dos serviços prestados e na segurança dos clientes. **Objetivos:** O objetivo deste estudo é compreender o Artigo 5 da Lei Nº 13.643 e discutir suas implicações para a prática profissional dos técnicos em estética no Brasil.

Metodologia: A pesquisa foi realizada através de uma revisão bibliográfica nas bases de dados, BVS e Google acadêmico, utilizando os descritores: “Lei 13.643”, “Esteticista”, “Cosmetólogo”, “Regulamentação Profissional” e “Técnico em Estética”. Foram selecionados artigos

publicados nos últimos cinco anos, em português e excluídos da revisão os artigos que não estavam diretamente relacionados ao tema da regulamentação da profissão de esteticista e cosmetólogo no Brasil, artigos publicados em idiomas que não sejam o português e artigos publicados antes de 2017. **Resultados e discussão:** O Artigo 5 da Lei Nº 13.643 detalha as competências dos técnicos em estética, incluindo a execução de procedimentos estéticos faciais, corporais e capilares, a utilização de produtos cosméticos, técnicas e equipamentos registrados na Anvisa, e a solicitação de parecer de outro profissional quando julgado necessário. A regulamentação clara das responsabilidades e competências dos técnicos em estética contribui para a segurança dos clientes e para a padronização dos serviços prestados. No entanto, ainda existem desafios a serem enfrentados para garantir a implementação eficaz desta lei, incluindo a necessidade de maior fiscalização e educação contínua dos profissionais. **Considerações finais:** O Artigo 5 da Lei Nº 13.643 é um passo crucial na regulamentação da profissão de técnico em estética no Brasil, proporcionando uma estrutura legal clara para a prática profissional. Contudo, para garantir a segurança dos clientes e a integridade da profissão, é necessário um esforço contínuo para fiscalizar e educar os profissionais deste campo, Além da criação de um conselho próprio.